

Luiz Henrique Coelho de Siqueira Teixeira

Graduando do curso de Psicologia (UFPE);
Membro do grupo PET Conexões Gestão Política-Pedagógica e pesquisador vinculado ao
Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades – Recife/PE.

José Eduardo Cavalcanti

Graduando do curso de Psicologia (UFPE);
Membro do grupo PET Conexões Gestão Política-Pedagógica e pesquisador vinculado ao
Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades – Recife/PE.

Thiago Vinícius dos Anjos Araújo

Graduando do curso de Ciências Sociais – Licenciatura - (UFPE);
Membro do grupo PET Conexões Gestão Política-Pedagógica e pesquisador associado ao
Instituto Internacional Despertando Vocações – Recife/PE.

Júllia Alves de Almeida

Graduanda do curso de Ciências Sociais – Licenciatura – (UFPE);
Membra do grupo PET Conexões Gestão Política-Pedagógica e pesquisadora vinculada ao
Grupo Ayé: Laboratório Interdisciplinar Natureza, Cultura e Técnicas – Recife/PE.

Ana Beatriz de Souza Silva

Graduanda do curso de Psicologia (UFPE);
Membra do grupo PET Conexões Gestão Política-Pedagógica – Recife/PE.

Leomar Basílio Barreto de Lima

Graduando do curso de Geografia – Licenciatura – (UFPE);
Membro do grupo PET Conexões Gestão Política-Pedagógica e pesquisador vinculado ao
Grupo Paisageo: Análise da Paisagem – Recife/PE.

Vanice Selva

Professora do curso de Geografia (UFPE);
tutora do grupo PET Conexões Gestão Política-Pedagógica – Recife/PE.

RESUMO

O objetivo deste capítulo é socializar o processo de criação de um ambiente grupal pautado na pluralidade de ideias como princípio de intervenção interna do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes Gestão Política-Pedagógica (PET-GPP) da Universidade Federal de Pernambuco. No ambiente acadêmico, a implantação de ações a corpos e a grupos dissidentes servem como um instrumento de promoção da diversidade e enfrentamento às desigualdades, haja vista que a conduta de respeito às especificidades é fundamental para a estruturação de um PET heterogêneo. Essa estrutura segue um caráter social e democrático, garantindo a pluralidade de seres, conhecimentos e ideias de modo a enriquecer a experiência acadêmica grupal. Tendo isso como base, criou-se o projeto “Diversifica PET” seguindo a metodologia que se inicia na revisão bibliográfica acerca da legislação do PET e do aprofundamento teórico nas temáticas voltadas para a diversidade de ideias e de corpos. Foram definidas estratégias de curto, médio e longo prazo de intervenção grupal no PET-GPP

com base nas temáticas: (1) raça/etnia; (2) deficiência e capacitismo; (3) diversidade sexual e de gênero. Os seguintes resultados foram obtidos com o Diversifica PET: inserção de novos/as membros/as no grupo PET-GPP a partir de uma política afirmativa de cotas; promoção de debates e oficinas voltadas para a temática de Pessoas com Deficiência; formulação de uma ação voltada para a identidade grupal e ao debate dentro de eixos temáticos. Com a interpretação da experiência resultante das ações desenvolvidas, ao decifrar as dimensões dos marcadores sociais e elencar as políticas inclusivas mencionadas, é possível concluir que tais intervenções em grupo proporcionaram a atuação coletiva com base nos princípios do Programa de Educação Tutorial, a partir do Manual de Orientações Básicas, e dentro de uma perspectiva ética, política e cidadã.

Palavras-chave: inclusão; diversidade; intervenção grupal; políticas afirmativas; Programa de Educação Tutorial.

INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e transferido no final da década de 1990 para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. Este programa tem como objetivo apoiar grupos de alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades de atuar em projetos que visam a prática do ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) (BRASIL, 2006).

Sob a orientação de um/a professor/a tutor/a, os integrantes de cada grupo PET desenvolvem ações coletivas extracurriculares, de caráter interdisciplinar, que visam o desenvolvimento de competências necessárias para uma maior qualidade em sua formação acadêmica. O/a professor/a tutor/a é o/a responsável pela orientação e supervisão dessas ações, trabalhos e esquemas, bem como pelo desempenho e atendimento aos critérios estabelecidos (CAIRES; ALMEIDA, 2000).

O PET é um programa que preza pela diversidade de integrantes dentro de um mesmo grupo, pois considera que a pluralidade de áreas e de perspectivas epistemológicas contribui para que os integrantes tenham uma formação com ampla visão de mundo ética e politicamente, característica necessária para uma prática profissional que esteja à serviço e diálogo com a comunidade pautada na tríade universitária (PIVETTA *et al.*, 2010). Ademais, as atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, componentes dessa tríade, que compõem o PET garantem que os integrantes vivenciem experiências que estão além das estruturas curriculares convencionais, favorecendo, dessa forma, uma formação global tanto para a inserção no mercado profissional quanto para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação (BRASIL, 2006).

Convém destacar que as ações de ensino e de extensão desenvolvidas pelos grupos PET são capazes de quebrar as barreiras

academistas, propiciando o diálogo do conhecimento produzido na universidade com a população externa. Sobre isso, Pivetta *et al.* (2010) afirmam que o papel da extensão universitária é justamente ampliar a rede de interações comunitárias de tal modo que aquilo produzido em termos de conhecimento e aquilo que se difunde por meio do ensino não fiquem restritos ao espaço da sala de aula ou núcleos de pesquisa, mas que encontrem aderência na realidade social. Esse diálogo entre a universidade e a sociedade, por meio do programa, permite, em certa medida, a transformação do meio social e o reconhecimento da comunidade enquanto sujeitos do processo de formação acadêmica desses estudantes.

O Manual de Orientações Básicas (MOB) do PET discorre sobre os aspectos gerais do programa e seus objetivos e consta a ênfase no diferencial da educação tutorial que corresponde a vivências da comunidade petiana¹ para além dos currículos convencionais, haja vista que as atividades extracurriculares fazem parte do direcionamento à valorização do comprometimento pedagógico, epistemológico, ético e social (BRASIL, 2006). Por via de regra, o intuito do PET corresponde ao conhecimento acadêmico diversificado e, para isso, empenha-se em construir o compromisso social que reforce ideais de cidadania em que toda contribuição seja dirigida à comunidade científica e à sociedade. Um dos pilares centrais dentro do PET é o diálogo com novos conhecimentos durante o período da graduação em que os discentes e o/a tutor/a estão inseridos na universidade (BRASIL, 2006).

Neste seguimento, com a união do PET com o programa Conexões de Saberes a partir da Portaria MEC Nº 976 (BRASIL, 2013), sua função social torna-se ainda mais evidente pela preocupação com a inclusão e permanência de estudantes oriundos de comunidades populares, sua formação e produção acadêmica e extensionista e o fortalecimento do diálogo entre saber científico e a comunidade geral (MONTALVÃO *et al.*, 2020). Portanto, toma-se como dever propiciar e cumprir com um regimento que preza pela pluralidade e diversidade, de forma que é indispensável a aplicação de uma abordagem interseccional (NOGUEIRA, 2017) através dos diversos marcadores sociais presentes no grupo, se consolidando como práxis dos PET Conexões de Saberes.

A luta pelo direito à inclusão e à equidade social de grupos minoritários vêm ganhando mais espaço tanto no campo científico, quanto no campo social a partir de uma luta constante de diferentes segmentos sociais. Entretanto, domínios políticos e sociais de base conservadora buscam minar muitas conquistas socioeducacionais dessas populações, a exemplo da supressão no Plano Nacional da Educação (PNE) de marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça e etnia (GONTIJO *et al.*, 2017). Em meio a tantos retrocessos, neste caso, no contexto acadêmico, questões que envolvem a diversidade racial, de gênero e sexualidade e de pessoas com

¹ Utiliza-se o termo “petiano/a” para se referir aos integrantes dos grupos do Programa de Educação Tutorial (PET), assim como adjetivo para se referir a esta comunidade e contexto.

deficiência têm sido debatidas no que diz respeito à necessidade de maior acessibilidade, oportunidades e manutenção de grupos minoritários dentro do espaço universitário. Tais abordagens podem ser vistas como importantes estratégias de resistência e enfrentamento à misoginia, sexismo, racismo e homofobia que perpetram institucionalmente na sociedade (GONTIJO *et al.*, 2017).

As políticas afirmativas possibilitam uma maior acessibilidade aos estudantes que necessitam dessas ações, pois, como sinalizam Souza e Brandalise (2017), há um grande nível de privilégio no ato de ingressar no ensino superior no Brasil. Esse privilégio ocorre, pois, “historicamente os estudos universitários fazem parte da vida daqueles que não têm a necessidade de trabalhar para garantir seu sustento e de sua família” (SOUZA; BRANDALISE, 2017, p. 518). Contudo, tais políticas ainda não são completamente suficientes, pois a realidade social em que alguns estudantes fazem parte pode dificultar, assim, o acesso à vida acadêmica. Munanga (2007) discorre sobre críticas infundadas e pautadas no racismo estrutural social e no mito da democracia racial, conceito esse bem situado por Sales (2006), que atinge o sistema de políticas afirmativas. Munanga (2007) reforça que a universidade tem o papel social e ético de ultrapassar as lacunas promovidas pela disparidade de oportunidades, objetivando o pluralismo de ideias.

Dito isso, uma das estratégias direcionadas à essas questões é o Programa Diversidade na Universidade, criado e instituído no começo dos anos 2000 (BRASIL, 2002, 2003) com o objetivo de promover equidade e diversidade na educação superior para pessoas pretas, indígenas e outros grupos socialmente desfavorecidos no Brasil. O programa apoia, desenvolve e avalia Projetos Inovadores de Curso, idealizados para contribuir com a ampliação do número de estudantes negros e indígenas nas universidades brasileiras (BRAGA; SILVEIRA, 2007).

Além da acessibilidade ao ensino superior, é necessário também promover a permanência de estudantes negros/as, indígenas, LGBTQIA+ e baixa renda no ambiente acadêmico. Visto que, segundo Palla (2017), a trajetória acadêmica dessas pessoas é atravessada por dificuldades históricas que podem limitar a permanência e conclusão dos cursos de graduação, pois as demandas são diversas e vão desde as necessidades de assistência material como moradia, alimentação, transporte e materiais didáticos até às demandas de ordem vivencial como dificuldades de inclusão e acolhimento, além do enfrentamento ao preconceito em decorrência da classe, raça/etnia ou gênero.

Para minimizar tais dificuldades, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados/as em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior e oferece assistência nos seguintes quesitos: moradia estudantil, alimentação, transporte, inclusão digital, apoio pedagógico, e outras ações executadas pela própria instituição de ensino. Dentre essas ações, há os projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão dentro

das universidades com políticas afirmativas e oferecimento de bolsas de custeio destinadas aos grupos minoritários. Isso é importante não só para garantir a permanência do/a estudante no curso de graduação, como também para promover uma diversidade de corpos, vivências e realidades dentro de um mesmo ambiente/grupo. Seguindo esse princípio, o PET é um desses programas vinculados à universidade que possui ações afirmativas e políticas de acessibilidade social e manutenção/permanência acadêmica através das bolsas disponibilizadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Prosseguindo e aprofundando com as temáticas sociais abordadas pelo PET, o capacitismo e as barreiras que compõem o ambiente sociocultural, aos quais grupos de pessoas estão inseridos, passam a representar um importante tema para pesquisa. Surge, com isso, a necessidade de se definir o que é uma pessoa com deficiência (PcD):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, com interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s.p.).

Em relação às barreiras supracitadas, Sasaki (2009) discorre sobre serem pontos que fazem parte do contexto sociocultural limitando as possibilidades de vida das pessoas com deficiência. Sendo assim, as barreiras são:

(...) arquitetônicas (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação entre as pessoas); metodológicas (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, entre outros); instrumental (sem barreiras em instrumentos utensílios, entre outros); programáticas (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações e normas); e atitudinais (sem preconceito, estereótipo, estigma e discriminações no comportamento da sociedade para pessoa que tem deficiência) (SASSAKI, 2009, p. 1-2).

Mesmo com tais pontuações, ainda há, no imaginário social, uma ideia de que deficiência está relacionada à doença e esta relação se ancora no modelo biomédico da deficiência, o qual foi instaurado mundialmente na década de 1940 a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este modelo foi desenvolvido a partir de instituições públicas e privadas que focalizavam na reabilitação física e profissional das PcD, isto porque parte da noção de que o problema está nessa pessoa e não na estrutura social. Diferentemente deste modelo, que tinha como objetivo a reabilitação, na década de 1990 emerge o modelo social da deficiência, que compreende que o real problema está na estrutura social que se apresenta através de barreiras

ambientais como, por exemplo, barreiras atitudinais e arquitetônicas. Este modelo é fruto das lutas e da própria mobilização política das pessoas com deficiência que começaram no ano de 1979 no cenário brasileiro (SASSAKI, 2012).

O capacitismo é um conceito que se relaciona com tais pontos dispostos anteriormente. Este termo foi traduzido do inglês “*ableism*” e pode ser compreendido como um conjunto de crenças, processos e ações que geram e reproduzem percepções negativas sobre os corpos de pessoas com deficiência, uma vez que empreende a este segmento social uma noção limitada de ser humano (CAMPBELL, 2001 *apud* DIAS, 2013). Dias (2013) discorre que o “Capacitismo é a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas” (p. 2).

Sendo assim, tem-se como objetivo neste artigo socializar o processo de criação de um ambiente grupal pautado na pluralidade de ideias como princípio de intervenção interna do PET Conexões de Saberes Gestão Política-Pedagógica (PET-GPP) da Universidade Federal de Pernambuco. Com a propagação de tais ideias dentro do grupo, espera-se promover a continuidade da diversidade grupal levando em consideração que a atuação coletiva é uma característica marcante nos grupos PET.

METODOLOGIA

Para a concretização do objetivo supracitado, inicialmente foi debatido, internamente ao grupo, demandas sociais vinculadas à organização dos grupos PET trazidas do Encontro Nacional de Grupos PET (ENAPET) de 2018. Como forma de prosseguir neste assunto, foram avaliados os pontos positivos e negativos para intervir grupalmente com base nos parâmetros do contexto social e da diversidade. Assim, realizou-se uma revisão de literatura para abordar a legislação, regulamentação e organização interna dos grupos PET. Foram constatados todos os pontos e pilares de base para a estruturação do programa e como estes se relacionavam com pautas sociais do contexto sócio-histórico vigente. Diante disso, foram pensadas estratégias de curto, médio e longo prazo para atuação dentro do grupo PET-GPP com base nos seguintes temas respectivamente: (1) raça/etnia; (2) deficiência e capacitismo; (3) diversidade sexual e de gênero.

A partir da revisão assistemática da literatura encontrada a respeito das temáticas supracitadas, foi montado um primeiro subgrupo de petianos/as com o intuito de dialogar sobre como o tópico sobre raça/etnia seria implementado no edital de seleção do grupo PET-GPP no ano de 2019. Este subgrupo aprofundou na temática de cotas raciais dentro de processos seletivos, além de solicitar auxílio nesta prática com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro (VIEIRA *et al.*, 2020) da Universidade Federal de Pernambuco. Após esse momento do processo seletivo de 2019, a discussão foi retomada no processo seletivo do PET-GPP 2020 e ampliada. Neste último, a temática do capacitismo entrou para a discussão como forma de continuar no caminho

da diversidade petiana e da promoção de uma seleção vinculada ao contexto social em que se encontra. Novas leituras de textos foram realizadas voltadas às pessoas com deficiência, desde a concepção teórico-prática deste segmento social, até os processos de implementação deste grupo em seletivas, principalmente com a Lei de Cotas, sancionada em 2012 na Lei Nº 12.711 (BRASIL, 2012). A partir disso, ocorreu a sistematização das informações para que pudessem ser transformadas em oficinas práticas sobre o assunto e rodas de conversa, dentro e fora do grupo.

Prosseguindo nas estratégias pensadas no início deste projeto grupal, o grupo passou então, a refletir sobre a temática da diversidade sexual e de gênero. Um novo subgrupo de petianos/as foi criado, que depois resultou no Eixo 4, com o intuito de discutir sobre políticas de inclusão sexual e de gênero, e de sistematizar o levantamento de dados e a aplicação de um formulário on-line para captação interna de informações entre os integrantes do grupo PET-GPP. O referido formulário teve como objetivo saber como as pessoas do grupo se caracterizavam dentro de marcadores sociais, como o de classe, de raça/etnia, de gênero e orientação sexual, a partir disso, traçar metas específicas para ações futuras. Este formulário foi construído a partir da plataforma *Google Forms* e divulgado entre integrantes do grupo PET-GPP. Era constituído por perguntas simples e diretas para reunir mais informações sobre os marcadores sociais e sociolocalização dos participantes, a saber: autodeclaração em relação à raça/cor, identidade de gênero, orientação sexual e deficiências, o formato de ingresso, uso das cotas (raciais, de escolaridade e para pessoas com deficiência) e outras informações pessoais, como idade, renda média mensal e geolocalização.

Ademais, a interpretação destes dados se deu, em um primeiro momento, por uma análise quantitativa a fim de entender a quantidade e proporção de marcadores dentro do grupo e, após isso, uma abordagem qualitativa para relacionar o que foi coletado com as políticas sociais debatidas. A partir deste formulário, foram traçadas novas linhas de discussões internas ao grupo objetivando uma alteração na práxis grupal do PET-GPP e em todos os projetos e ações vinculados a ele.

RESULTADOS

Intervenções relacionadas à inserção de novos/as membros/as

O primeiro passo do projeto “Diversifica PET” resultou, como já citado, na implementação de cotas raciais no edital de seleção para novos/as petianos/as em 2019. Neste respectivo processo seletivo, 50% das 4 vagas (não-bolsista) ofertadas foram destinadas a pessoas autodeclaradas pretas e pardas e estas tiveram que passar pela comissão especial de comprovação racial/étnica do PET-GPP. Esta comissão foi uma das aplicações práticas advinda de uma análise sobre esta temática em compatibilidade com a literatura atual, com outros processos seletivos da época e com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. Compunham esta comissão: um estudante

integrante do PET-GPP; um membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros; um técnico administrativo; e um docente. Todas as pessoas da banca, de preferência, tinham relação direta com a temática racial a fim de que estivessem aptos para o propósito.

Conforme pontua Vieira *et al* (2020), o edital de seleção de 2019 teve como resultado das inscrições: 51,2% dos candidatos se autodeclararam pretos ou pardos, 46,3% como brancos e 2,5% preferiram não se identificar. Ao mesmo tempo, apenas 24,4% de todos os/as inscritos/as optaram por entrar na modalidade destinada a esse segmento social (50% das vagas). Vieira *et al.* (2020) apontam que uma possível causa para esta disparidade, a não opção pela modalidade de cota mesmo pertencendo ao grupo social do qual ela faz parte, foi “o não-conhecimento dessa política afirmativa no que diz respeito a como funciona a comissão especial de verificação ou mesmo o não reconhecimento do direito, considerando pessoas contrárias à política de cotas” (p. 187). Após a concretização da seleção e da inserção dos/as novos/as petianos/as no grupo, foi realizado um momento coletivo de avaliação sobre todo o processo seletivo. Neste momento, algumas pautas foram elencadas para serem mais bem observadas em futuros editais como: (1) um maior esclarecimento para os/as inscritos/as quanto à comissão especial supracitada; (2) colocar uma nota mínima final na seletiva, após todas as etapas descritas no edital, para que a pessoa estivesse apta a concorrer à vaga; (3) explorar outros segmentos sociais, como a população indígena e de pessoas com deficiência.

Após esse primeiro momento do projeto relacionado ao edital de 2019, novos debates internos do grupo continuaram acontecendo no decorrer deste respectivo ano, até o momento da formulação do próximo edital, o de 2020. A construção deste edital foi impactada pelo contexto inicial da pandemia da COVID-19 e, com isso, todo o grupo teve que se reestruturar no sentido de propiciar uma seleção dentro dos parâmetros apresentados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela própria reitoria da Universidade Federal de Pernambuco. Sendo assim, todo o processo foi remoto e com a metodologia avaliativa também readequada.

Na seleção de 2020, algumas das sugestões avaliativas da anterior (seleção de 2019) foram levadas em consideração, assim como o contexto pandêmico da época. Ademais, neste processo seletivo, estavam sendo dispostas 7 vagas: 5 não-bolsistas; 2 bolsistas. Partindo disso, foi implementado as seguintes ações: (1) continuação do modelo de cotas raciais para pessoas pretas e pardas; (2) ampliação das cotas, abarcando pessoas com deficiência; (3) disposição de uma nota mínima de corte nas etapas do processo seletivo (nota 7,00); (4) inclusão de uma análise socioeconômica para a disposição de bolsas. Ressaltamos que a não inclusão de pessoas autodeclaradas indígenas na seleção se deu pelo grupo ainda não estar apto, teoricamente, para a implementação deste segmento no sistema de cotas. O grupo reconheceu que ainda serão necessários novos debates, principalmente com pessoas vinculadas ao movimento em prol da população indígena e dos próprios membros/as deste segmento social.

A partir disso, uma vaga de bolsista (50% do total) foi destinada às pessoas autodeclaradas pretas ou pardas e às pessoas com deficiência, enquanto 1 vaga (50% do total) foi destinada à ampla concorrência. Já em relação aos não-bolsistas, tem-se: 2 vagas para a ampla concorrência; 2 vagas para autodeclarados preto e pardos; 1 vaga para pessoas com deficiências. As vagas disponibilizadas para o sistema de cotas que não foram preenchidas, ou pela não exigência da nota mínima estipulada, ou pela falta de inscritos em determinada modalidade, foram redesignadas para a ampla concorrência.

Da mesma forma, a partir dos resultados da avaliação da seleção de 2019, foi possível sistematizar os dados das inscrições no edital de 2020. Neste último ano, 53,9% das candidaturas se autodeclararam pessoas pretas ou pardas; 34,6%, pessoas brancas; 7,7% preferiram não se autodeclarar; e 3,8% se autodeclararam pessoas amarelas. Apenas uma inscrição se identificou como pessoa com deficiência. A opção de concorrência dentro deste processo seletivo ficou da seguinte forma: 65,4% de todos os inscritos optaram pela modalidade de Ampla Concorrência; 30,8% optaram pela categoria de cotas voltada para pessoas pretas ou pardas; 3,8% optaram pela cota destinada a pessoas com deficiência. Nota-se, portanto, que de um ano para o outro ocorreu o aumento, mesmo que pequeno, na quantidade de pessoas pretas ou pardas inscritas no edital e sua escolha em concorrer dentro do sistema de cotas. Ademais, também já é perceptível o início do diálogo com o segmento social de pessoas com deficiência nos processos seletivos do PET-GPP.

A implementação de uma nota mínima na seleção de 2020 foi essencial no sentido de conseguir entender o perfil de candidatura esperada para o grupo a partir da eficiência do/a inscrito/a em cada etapa da seletiva. A primeira etapa, referente ao processo de 2020, era eliminatória e consistia em uma análise documental. A segunda etapa, eliminatória/classificatória, esperava que o/a candidato/a pudesse escrever um texto dissertativo, dentro do formato remoto utilizando a plataforma Google Forms, com tema relacionado ao PET-GPP e à bibliografia previamente recomendada em edital. A terceira etapa, classificatória, consistiu em uma apresentação pessoal online em modelo de roda de conversa. Após isso, para os/as candidatos/as que solicitaram o ingresso pela modalidade de cotas de pessoas pretas ou pardas, ocorreu uma banca com uma comissão de heteroidentificação; já para as inscrições voltadas para pessoas com deficiência, o laudo médico apresentado pelo candidato foi analisado na primeira etapa da seletiva.

Intervenções direcionadas à temática de Pessoas com Deficiência

Como segundo ponto de atuação do DIVERSIFICA PET, o projeto destacou as pessoas com deficiência. É a partir de toda a rede complexa de preconceito, discriminação e exclusão social para com este segmento que o PET-GPP desenvolveu um conjunto de ações que objetivaram romper com

certas percepções limitadas acerca das PcD. É notório que a inclusão de cotas impactou significativamente na confecção das ações do grupo, partindo da entrada de estudante com deficiência visual, e, com isso, o capacitismo, as diversas barreiras (citadas na introdução) e a Audiodescrição (AD) vem se configurando como pautas recorrentes. Serão listadas, a seguir, três ações promovidas dentro deste segundo momento do projeto. Sendo assim, é necessário explicitar que estas ações foram realizadas exclusivamente no modelo remoto em decorrência da readequação metodológica por conta da COVID-19.

A primeira ação foi intitulada como “Dialogando sobre capacitismo e educação” e ocorreu no segundo semestre de 2020. Esta atividade foi a transmissão de uma *live* ao vivo realizada no Instagram oficial do PET-GPP promovendo um espaço de diálogo sobre a temática do capacitismo e a da educação. Esta *live* contou com o relato de experiência de um dos petianos, neste caso, enquanto palestrante dentro de seu contexto da educação pública do estado de Pernambuco, tanto no âmbito do ensino médio, quanto no ensino superior, sendo uma PcD. Em conjunto, a transmissão contou com uma mediadora, sendo esta outra petiana do grupo, com um importante papel, uma vez que tinha como objetivo fazer perguntas que orientaram o desenrolar da conversa e, ainda, ler os comentários feitos por telespectadores que estavam assistindo.

Nesta *live*, foi debatido sobre o capacitismo que, como já exposto anteriormente, é a sintetização do preconceito e discriminação para com as PcD. Este fenômeno social é a maneira de perceber essas pessoas como sujeitos inferiores, incapazes e até mesmo como não humanos. Além disso, foi discutido sobre as barreiras, focalizando principalmente nas atitudinais relacionando com a trajetória acadêmica do palestrante. Foram identificados, portanto, diversos aprendizados entre os participantes da *live* acerca das temáticas abordadas, principalmente no que diz respeito às possibilidades de romper com as barreiras atitudinais que tanto diminuem as formas de ser e agir no mundo de PcD. Ademais, na própria transmissão, foram identificados comentários que exaltavam essas contribuições dialógicas no que se refere às mudanças de sentido sobre os corpos das PcD. Notou-se ainda, que este debate ainda precisa ser mais fomentado devido a estes preconceitos estarem enraizados no cotidiano das pessoas e, somente debatendo sobre tal tema, poderemos ter uma sociedade mais inclusiva.

A segunda atividade voltada para as PcD e para a temática da inclusão foi a “Oficina-ação em audiodescrição: da teoria à prática” e objetivava a apresentação deste recurso metodológico educacional de forma teórica e de sua prática, mesmo que de forma remota. Lívia Motta (2016), em seu livro “Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo”, afirma que os professores devem ter certeza que a AD, enquanto recurso de acessibilidade comunicacional, irá promover o processo de ensino-aprendizagem de seus alunos, abrindo as portas para o mundo (MOTTA, 2016). Foi baseado nisso que esta ação foi construída e integrada ao planejamento do PET-GPP.

Esta ação ocorreu por meio da plataforma audiovisual Google Meet e foi concretizada por dois membros do PET-GPP, sendo um mediador e outro apresentador do conteúdo pedagógico. O apresentador se colocou no sentido de partilhar sua trajetória de formação, enquanto consultor em audiodescrição (AD), e fez a apresentação teórica sobre este recurso. A AD possibilita pessoas com deficiência visual, assim como pessoas com outras especificidades, a terem acesso a elementos imagéticos, promovendo sua contextualização e entendimentos em distintos espaços sociais. É através dos processos de tradução intersemiótica que se configura a AD a partir da passagem de um estado de signos para outro, ou seja, a imagem visual se torna oral, além da também possível transmissão de informação via sonora ou escrita (MOTTA, 2012).

Seguindo as diretrizes de Motta (2012), na ação também foi apresentada as diretrizes de como deve ser realizada a AD, porém é preciso salientar que mesmo havendo estas orientações, o contexto deve ser entendido primariamente. Sempre que o audiodescritor produz uma AD, ele deve estar atento aos aspectos do ambiente, dando lócus à acessibilidade. Sendo assim, as orientações de como estruturar a AD, fornecidas na oficina, foram: (1) enquadramento: “foto colorida em formato paisagem”; (2) quem: “um jogador”; (3) como: “vestido de camisa branca, bermuda preta e de chuteira de cravos preta”; (4) ação: “segurando uma bola azul”. Dentro dessas instruções, o contexto escolar acabou sendo o lugar privilegiado na oficina, uma vez que um quantitativo significativo dos membros do PET-GPP faz cursos de licenciaturas nas áreas de História, Geografia e Ciências Sociais.

Na ação, foram trabalhados também aspectos sobre a aplicabilidade do recurso diferenciando imagens estáticas, fotografias, charges, *cartoons*, entre outras, de imagens dinâmicas como de filmes, séries e desenhos. Foi apresentada uma imagem estática na qual foi realizada a AD naquele momento com a participação ativa dos participantes. Estava sendo proporcionado às pessoas o processo prático-reflexivo constituído numa dinâmica de interação entre o que tinha sido apresentado conceitualmente e a prática. Após isso, foi exposto um episódio da série animada Turma da Mônica, contendo o recurso da AD, intitulado como “O corpo fala”. A apresentação deste vídeo teve o intuito de exemplificar como é a prática deste recurso pedagógico a partir de imagens dinâmicas e não apenas estáticas.

Por fim, foi aberto um espaço para a avaliação das pessoas que participaram da ação e a devolutiva foi satisfatória, com elogios tanto o domínio teórico-prático da mediação, quanto à metodologia escolhida para a apresentação do recurso da AD. Como forma de não manter este conteúdo pedagógico apenas dentro do ambiente acadêmico, a gravação desta oficina foi publicada no Instagram do PET GPP a fim de que possa ser acessada pela comunidade geral, ampliando, assim, o conhecimento.

Para finalizar esta segunda etapa do projeto maior, DIVERSIFICA PET, a terceira atividade desenvolvida foi um webinar intitulado como “Webinário sobre recursos pedagógicos e outras especificidades”. Esta ação

aconteceu de maneira remota, síncrona e por meio da plataforma Google Meet, além de ter sido divulgada pelas redes sociais do PET-GPP tanto a chamada para a participação, quanto instruções de acesso para inscritos. A ação contou com um petiano como organizador e mediador e com uma facilitadora especializada nesta temática, além de comparecerem dezesseis pessoas. A atividade foi pensada para discutir e apresentar recursos pedagógicos e outras especificidades educacionais que auxiliam pessoas com deficiência visual, contribuindo para a superação das barreiras que potencializam o capacitismo. Ademais, também se tomou como base a promoção de reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência visual, pois sabemos que, na realidade, há uma lacuna de recursos no contexto educacional para essas pessoas como destaca Motta (2016):

Ainda é pequeno o número de alunos com deficiência visual que concluem o curso superior. Isso se deve, principalmente, aos poucos recursos de acessibilidade encontrados na escola e à atuação desinformada e desinteressada de alguns professores (MOTTA, 2016, p. 137).

Com esta premissa, foi mostrado recursos que garantem e legitimam o processo de ensino-aprendizagem de PcD visual no contexto escolar. A audiodescrição foi, novamente, um dos recursos apresentados, pois representa importante papel para democratizar a participação ativa dos diversos agentes sociais no processo de inclusão (MOTTA, 2012; 2016). Durante a oficina, primeiramente, foi indicada a leitura do artigo “Cegueira e Baixa Visão” de Elizabet Dias de Sá (SÁ, 2014) que trata da temática sobre deficiência visual. A partir disso, foram elencados os principais tópicos a serem debatidos no webinar e, também, questões acerca da experiência da facilitadora no contexto educacional. A convidada facilitadora é professora brailleista e vinculada ao Centro de Estudos Inclusivos (CEI), localizado no Centro de Educação (CE) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Para a realização desta ação, foram utilizados celulares/computadores e *slides*. Assim, buscando possibilitar uma maior interação social entre Pessoas com Deficiência e Pessoas sem Deficiência, foram mostradas técnicas que garantem e legitimam a presença de PcD visual em escolas como, por exemplo, caderno de pauta ampliada, o Sistema Braille, lupas eletrônicas, entre outras (SÁ, 2014). Por fim, com a realização desta ação, podemos notar de maneira mais lúcida a ausência destas discussões nos ambientes educacionais e isto faz com que novas inquietações surjam potencializando novas ações. Outrossim, discutir sobre inclusão e pessoas com deficiência também é discutir sobre pessoas sem deficiência e seu papel no processo de inclusão, assim foi o *feedback* que recebemos dos participantes, além de elogios sobre a importância da temática.

Intervenções dentro da identidade grupal e do debate com eixos temáticos

Como último passo do Diversifica PET, em conformidade ao que foi apresentado na metodologia, criou-se o formulário “Identidade Petiana”, destinado aos membros do grupo PET-GPP, e foi possível obter os resultados descritos a seguir. O grupo, no momento da aplicação do formulário, possuía um total de 17 discentes ativos e a maior parte destes possuem 21 anos (29,4%), seguido por 23 anos (23,5%), 20 anos (17,6%), 24 anos (11,8%), 22, 27 e 30 anos (5,9%/cada). A grande maioria nasceu no estado de Pernambuco e, atualmente, todos residem também neste estado. Em relação a renda média mensal, 35,3% declararam que vivem entre R\$401,00 a R\$800,00 por mês; 29,4% com R\$801,00 a R\$1200,00; 17,6% entre R\$1201,00 a R\$1800,00; 11,8% com até R\$400,00; e 5,9% de R\$2600,00 a R\$4000,00. Também foram questionados aspectos e marcadores que compõem a identidade individual de cada petiano/a. Em relação à cor/raça, 47,1% declararam ser brancos; 29,4%, pardos; 17,6%, pretos; e 5,9%, amarelo.

Apenas 1 pessoa do grupo se declarou enquanto pessoa com deficiência (visual). No que diz respeito ao ingresso dos estudantes no grupo, 76,5% entraram no programa por meio de ampla concorrência, enquanto 23,5%, via cotas. Vale ressaltar que alguns dos/as petianos/as que responderam tal questionário entraram no grupo PET GPP antes da instauração do sistema de cotas e isso deve ser levado em conta quando analisado o último dado citado. Em relação à orientação sexual, 35,5% se declararam heterossexual; 35,5%, bissexual; 17,6%, gay; 5,9% pansexual; e 5,9% lésbica. Já em identidade de gênero, todos/as os/as petianos/as que responderam se identificam enquanto cisgênero (cis) e, dentro disso, 35,3% homem cis e 64,7% mulher cis.

Após a aplicação deste formulário, o subgrupo do PET-GPP que ficou responsável pela sua criação continuou trazendo novos debates a respeito da temática de diversidade sexual e de gênero. Inspirado nisso, a comissão científica do PET-GPP proporcionou ao grupo uma nova ação como projeto final do Diversifica. Este novo projeto visava o diálogo sistemático com textos científicos partindo de eixos temáticos que pudessem refletir, até certo ponto, os interesses de pesquisa do grupo e dos petianos/as. A proposta de criação de eixos temáticos para debate interno resultou em 4 categorias: Eixo 1 - Cultura; Eixo 2 - Educação e Ensino; Eixo 3 - Políticas Sociais e Movimentos Sociais; Eixo 4 - Diversidades. A inserção de petianos/as dentro de cada um desses eixos se deu a partir de escolha individual, porém levando em conta seus respectivos objetos de pesquisa e campo de saber inseridos dentro de cada curso. No Eixo 1, tem-se discentes dos cursos de: História, Psicologia, Dança e Ciências Sociais. Além disso, foi solicitado que esses discentes pudessem colocar palavras que remetessem a suas “áreas de interesse” dentro deste eixo. As palavras selecionadas pelos membros do Eixo 1 foram: cultura popular, história da educação e ambiental, memória, religião,

educação, literatura, cultura, sexualidade, psicologia social, questões raciais, gênero, arte e relações socioafetivas.

Os membros do Eixo 2 pertencem aos cursos: Geografia e História. As palavras escolhidas foram: ensino, sociedade, educação, geografia, educação e política ambiental. Já no Eixo 3 os membros pertencem aos cursos de Serviço Social, História e Ciências Sociais. As palavras escolhidas foram: políticas públicas, educação, movimento estudantil, história e memória do serviço social em Pernambuco, relações raciais, história social e trabalho doméstico pós abolição. Por fim o Eixo 4 composto por membros dos cursos de Ciências Sociais e Psicologia. As respectivas as palavras citadas foram: família, gênero, LGBT, discurso, políticas públicas, diversidade, educação e psicologia.

Levando em consideração que a educação tutorial consiste em formar os petianos para o conhecimento e a autonomia que não se limita apenas ao acadêmico e pessoal, mas que não se a execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão entre os eixos têm sido uma articulação para a produção conjunta de conhecimentos. Os eixos são relevantes para estimular o papel do PET na vivência de quem o integra, como a formação orientada pela cidadania e execução de atividades que envolvam debate e reflexão de temas éticos, sócio-políticos, ambientais, culturais e científicos, promovendo a articulação de interdisciplinaridade, atuação coletiva, trocas de experiência, interação contínua e contato com a comunidade externa.

Além disso, é possível notar a diversidade de corpos, identidades e subjetividades (pessoas de cor/raça múltiplas, membros da comunidade LGBTQIA+ e pessoa com deficiência) presentes no grupo PET GPP, e como essa característica intrínseca ao programa PET Conexões, em geral, se concretiza em um aspecto representativo voltado para ações que visam a pluralidade, a exemplo a criação dos eixos temáticos também citado neste trabalho.

CONCLUSÃO

Com a realização das ações explicitadas anteriormente e a análise dos respectivos resultados, conclui-se que o grupo PET Gestão Política-Pedagógica da Universidade Federal de Pernambuco é formado pela diversidade representada por múltiplos marcadores identitários (cor/raça; pessoa com deficiência; LGBTQIA+). Sendo assim, enfatiza-se a relevância do reconhecimento dos diferentes marcadores sociais apontadas pelo grupo a fim de abranger as políticas afirmativas sob as interseccionalidades como forma de democratização dos Programas de Educação Superior de modo a viabilizar o acesso, a permanência e a qualidade acadêmica deste público estudantil diverso. Nessa perspectiva, considera-se estritamente necessário a formação global, interdisciplinar e cidadã cuja possibilidade não haveria sem a participação de grupos distintos enquanto pessoas ativas do processo a partir da troca de experiências.

Com o intuito de fazer do *locus* universitário um espaço de pluralidade, destaca-se o acesso a programas como o PET uma maneira de confrontar as desigualdades vivenciadas pelos grupos que perpassam por múltiplas formas de subordinação na sociedade. Nesse sentido, a diversidade de ideias precisa prevalecer tanto no cotidiano dos petianos/as, quanto na constituição e prática cidadã de outros grupos universitários já instituídos e os que virão a ser.

Finaliza-se destacando que a realização deste projeto e deste capítulo está em consonância com o Manual de Orientações Básicas do PET (2006) que discorre sobre a importância da multiplicidade das ações em grupos, assim como sobre o tema da pluralidade abarcada no Diversifica PET. Ademais, agradecemos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) pela disponibilização de bolsas de ensino para o Programa de Educação Tutorial possibilitando, assim, a permanência e manutenção acadêmica, além de viabilizar a formulação e execução de projetos como este relatado.

REFERÊNCIAS

BRAGA, M. L. S.; SILVEIRA, M. H. V. (Org.) **O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007. 190 p. (Coleção Educação para Todos; v. 29).

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 10. 558, de 13 de novembro de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110558.htm#:~:text=LEI%20No%2010.558%2C%20DE%2013%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202002.&text=Cria%20o%20Programa%20Diversidade%20na%20Universidade%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.> Acesso em: 11 de jan. 2022.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 4.876, de 12 de novembro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4876.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20an%C3%A1lise%2C%20sele%C3%A7%C3%A3o,o%20Programa%20Diversidade%20na%20Universidade.> Acesso em: 11 de jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Educação Tutorial - PET: Manual de Orientações Básicas**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/manual-de-orientacoes>> Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) - Apresentação**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/apresentacao>> Acesso em: 12 de jan. 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 11 de jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010 - republicada em função das alterações implementadas pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013. **Diário Oficial da União**, nº 212, seção 1, p. 40, 2013. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2013/10/porMEC_n976_27_07.pdf> Acesso em: 04 de jan. de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

CAIRES, S; ALMEIDA, S, L. A experiência de estágio acadêmico: oportunidades de formação e desenvolvimento do estudante. **Revista Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 235-250, 2000. Disponível em: <<https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/513>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência - SEDPcD/Diversitas/USP Legal**, São Paulo, 2013.

GONTIJO, L. S. *et al.* Diversidade sexual, de gênero, raça/etnia nos trabalhos apresentados nas duas últimas edições do ENPEC (Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências) (2013-2015). **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências**, 2017. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R1673-1.pdf> Acesso em: 10 de jan. 2022.

MONTALVÃO, C. S. L. L. *et al.* GRUPOS PET CONEXÕES DE SABERES COMO INSTRUMENTO DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR. **Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial - Três Lagoas/MS**, v. 2, n. 2, p. 59-83, 2020. Disponível em:

<<https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/REPET-TL/article/view/10230>>

Acesso em: 04 de jan. de 2022.

MOTTA, L. M. V. de M. O uso da audiodescrição na escola. **Curso de Formação de Professores**, Secretaria Municipal de São Paulo (DOT – Educação Especial), 2012.

MOTTA, L. M. V. de M. **Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

MUNANGA, K. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. (orgs.). **O negro na universidade: o direito a inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 7-20.

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Editora Devires, 2017.

PALLA, A. C. F. **Ações afirmativas na UFG: Psicologia para mudança e fortalecimento de minorias sociais**. 2017. 159 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

PIVETTA, H. *et al.* Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. **Linhas Críticas**, v. 36, n. 31. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3634/3319>> Acesso em: 12 de jan. 2022.

SÁ, E. D. de. Cegueira e Baixa Visão. In: SILUK, A. C. P. (org). **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica**. Santa Maria: UFSM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, p. 204-235, 2014. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2019/04/Atendimento-Educacional-Especializado-Contribuições-para-a-Prática-Pedagógica.pdf>> Acesso em: 11 de jan. de 2022.

SALES, R. Jr. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, v. 12, mar./abr., p. 10-16, 2009.

SASSAKI, R. K. Por falar em classificação de deficiências. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 12, n. 12, 2012.

SOUZA, A. C. de; BRANDALISE, M. A. T. Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores. **Revista Internacional de**

Ensino Superior, v. 3, n. 3, p. 515-519, 2017. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650621>>. Acesso em: 12 de jan. 2022.

VIEIRA, P. *et al.* Reflexões sobre equidade no processo seletivo do PET GPP: um relato de experiência. **Anais do XIX Encontro Nordestino dos Grupos do Programa de Educação Tutorial: Liberdade, Equidade e Pluralidade: o PET em luta pela autonomia da universidade**. p. 182-189, 2020. Disponível em: <<https://www.edufma.ufma.br/index.php/produto/nais-do-xix-encontro-nordestino-dos-grupos-do-programa-de-educacao-tutorial-liberdade-equidade-e-pluralidade-o-pet-em-luta-pela-autonomia-da-universidade/>> Acesso em: 03 de jan. de 2022.